

OSWALDO CRUZ QUÍMICA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da
Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.
São Paulo – SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Bases para opinião com ressalvas

(i) Reconhecimento de créditos de PIS e COFINS fora do período de competência

Conforme mencionado na Nota 7 às demonstrações financeiras, em março de 2018, a Empresa ingressou com ação para obtenção do direito da exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos PIS e COFINS. Como consequência, a Empresa terá o direito legal de efetuar compensações futuras de bases devedores destes tributos quando ocorrer a finalização deste processo judicial e da homologação destes créditos tributários pela Receita Federal do Brasil. Considerando a modulação dos efeitos julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 31 de maio de 2021, a Empresa deveria ter calculado e efetuado o registro contábil neste exercício, entretanto, a Empresa efetuou o registro contábil deste crédito tributário apenas no exercício corrente, considerando o período de apuração de tributos de 16 de março de 2017 a 31 de janeiro de 2022. Consequentemente, o resultado do exercício de 31 de dezembro de 2022 está a maior em R\$ 38.471 mil, líquido dos efeitos tributários, em função do não reconhecimento dos referidos créditos em exercício anterior com base em seu período de competência, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual Para Relatório Financeiro e pela Norma Internacional de Contabilidade *Conceptual Framework for Financial Reporting 2018*, emitida pelo IASB. Ressaltamos que este assunto se restringe aos saldos comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Desta forma, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não está ressalvado em função deste assunto.

(ii) Reconhecimento de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”) fora do período de competência

Conforme mencionado na Nota 5 às demonstrações financeiras, a Empresa efetuou o reconhecimento contábil da PECLD no montante de R\$ 7.999 mil somente no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Entretanto, a Administração da Empresa não nos apresentou um estudo com o histórico de perdas incorridas e esperadas para efetuar o recálculo da referida provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Diante disso, não nos foi possível mensurar os reflexos na demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2022, no resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa, decorrente da ausência de saldo desta provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Ressaltamos que este assunto se restringe aos saldos comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Desta forma, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não está ressalvado em função deste assunto.

(iii) Não Acompanhamento da contagem física dos estoques em 31 de dezembro de 2021

Fomos nomeados auditores da Empresa em 2022 e, portanto, não acompanhamos a contagem física dos estoques no início do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cujo consumo integra custo dos produtos vendidos da Empresa ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Diante disso, não nos foi possível obter evidência satisfatória a respeito dos impactos no custo das mercadorias vendidas reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo naquela data os seus reflexos no resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa decorrente do consumo do saldo de abertura dos estoques e seu conseqüente reconhecimento na demonstração do resultado. Ressaltamos que este assunto se restringe aos saldos comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Desta forma, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não está ressalvado em função deste assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota 14 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém saldos e operações comerciais e financeiras em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados das operações da Empresa poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações semelhantes realizadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa e apresentada como informação suplementar para fins de práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2024.



Romulo Carvalho Caputo
Contador CRC 108.577/O-4

MCS Markup Auditores Independentes S/S
CRC RJ 006917/O-3

Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo				Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Não auditado)		Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Não auditado)
Circulante				Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	274.058	50.991	13.584	Fornecedores	9	167.130	126.756	155.264
Contas a receber de clientes	5	236.897	269.110	281.965	Contas a pagar - Partes relacionadas	14	94.239	41.255	104.972
Contas a receber - Partes relacionadas	14	55.009	53.741	78.504	Empréstimos e financiamentos	10	32.353	79.997	117.743
Estoques	6	127.761	142.043	147.357	Instrumentos financeiros derivativos	19	295	8.202	-
Tributos a recuperar	7	13.876	7.804	9.682	Obrigações sociais e trabalhistas		8.761	7.350	5.182
Outros ativos		10.694	7.398	10.288	Obrigações tributárias		4.634	12.929	10.503
					Passivo de arrendamento	11	4.821	3.712	-
					Outros passivos	12	21.615	695	873
Total do ativo circulante		718.295	531.087	541.380	Total do passivo circulante		333.848	280.896	394.537
Não circulante				Não circulante					
Contas a receber de clientes	5	2.498	-	-	Empréstimos e financiamentos	10	51.132	74.005	47.964
Tributos a recuperar	7	35.895	81.370	8.668	Imposto de renda e contribuição social diferido	16.2	-	13.781	-
Depósitos judiciais	13.3	468	1.400	265	Instrumentos financeiros derivativos	19	-	136	-
Outros ativos		160	-	-	Passivo de arrendamento	11	13.105	15.146	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	16.2	11.842	-	-	Provisões para contingências	13	7.804	8.372	-
Imobilizado	8	40.581	40.892	21.949	Outros passivos	12	3.818	8.472	-
Intangível		-	-	499					
Total do ativo não circulante		91.444	123.662	31.381	Total do passivo não circulante		75.859	119.912	47.964
					Total do passivo		409.707	400.808	442.501
					Patrimônio líquido	15			
					Capital social		1.500	1.500	1.500
					Lucros acumulados		398.532	252.441	128.760
					Total do patrimônio líquido		400.032	253.941	130.260
Total do ativo		809.739	654.749	572.761	Total do passivo e do patrimônio líquido		809.739	654.749	572.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	1.417.523	1.459.804
Custo dos produtos vendidos	18	(1.174.710)	(1.276.925)
Lucro bruto		242.813	182.879
Despesas gerais e administrativas	18	(84.557)	(79.655)
Despesas comerciais	18	(17.980)	(3.811)
Outras receitas (despesas), líquidas	18	63.073	107.274
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		203.349	206.687
Receitas financeiras	19	24.634	26.690
Despesas financeiras	19	(31.567)	(48.750)
Resultado financeiro		(6.933)	(22.060)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		196.416	184.627
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	16	(47.805)	(31.206)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	16	25.623	(13.781)
Lucro líquido do exercício		174.234	139.640
Lucro por quota - R\$			
Básico e diluído		116,16	93,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>2023</u>	<u>2022</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro líquido do exercício	174.234	139.640
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>174.234</u>	<u>139.640</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2022 (Não auditado)	1.500	128.760	130.260
Impacto da adoção inicial do CPC 06 / IFRS 16	-	(1.744)	(1.744)
Saldos em 1° de janeiro de 2022 (Não auditado)	1.500	127.016	128.516
Lucro líquido do exercício	-	139.640	139.640
Destinação do lucro			
Distribuição de dividendos	-	(2.450)	(2.450)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	(11.765)	(11.765)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Respresentado)	1.500	252.441	253.941
Lucro líquido do exercício	-	174.234	174.234
Destinação do lucro			
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	(28.143)	(28.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.500	398.532	400.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	196.416	184.627
Ajustes para reconciliação do resultado:		
Provisões de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	18.218	23.814
Provisões para contingências	(568)	10.029
Depreciação e amortização	6.715	6.053
Baixas (reversões) de ativo imobilizado, intangível e arrendamentos	1.285	4.999
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.155	7.999
Variação cambial	(1.301)	75
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(694)	2.652
Perda com derivativos	864	3.197
Provisão para PLR e Bônus	1.373	1.174
Receita de créditos tributários, líquido dos impostos	(1.643)	(69.578)
	221.820	175.041
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	32.617	10.617
Contas a receber de partes relacionadas	(1.268)	24.763
Estoques	14.976	2.761
Impostos a recuperar	41.126	(1.053)
Outros ativos	(3.456)	2.890
Depósitos judiciais	932	(1.135)
Fornecedores	37.618	(34.344)
Contas a pagar – Partes relacionadas	52.984	(63.717)
Obrigações sociais e trabalhistas	38	994
Instrumentos financeiros derivativos	(8.907)	5.141
Obrigações tributárias	(42.612)	958
Provisão para contingências	-	(1.657)
Outros passivos	(2.551)	8.195
Caixa líquido gerado pelas operações	343.317	129.454
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.789)	(31.696)
Juros pagos	(10.934)	(18.354)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	314.594	79.404
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisições de imobilizado e intangível	(4.188)	(6.637)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.188)	(6.637)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - Captações	-	158.364
Empréstimos e financiamentos - Amortizações	(75.173)	(168.871)
Arrendamento mercantil - Amortizações	(7.061)	(12.403)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(5.105)	(10.000)
Distribuição de dividendos	-	(2.450)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(87.339)	(35.360)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	223.067	37.407
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.991	13.584
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	274.058	50.991
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	223.067	37.407
Transações que não impactam o caixa:		
Novos contratos e remensurações de arrendamento mercantil	4.056	22.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022 (Reapresentado)
Receitas			
Receita bruta de serviços	17	1.828.641	1.898.685
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	18	(1.155)	(7.999)
		1.827.486	1.890.686
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	18	(1.131.609)	(1.249.857)
Outras despesas (receitas)	18	(703)	63.861
Valor adicionado bruto gerado pela Empresa		695.174	704.690
Retenções			
Depreciação e amortização	18	(6.715)	(6.053)
Valor adicionado líquido gerado pela Empresa		688.459	698.637
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	24.634	26.690
		24.634	26.690
Valor total adicionado distribuído		713.093	725.327
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
		79.745	60.847
Remuneração direta	18	54.618	37.588
Benefícios	18	9.824	9.353
Encargos trabalhistas	18	14.058	12.745
Outras	18	1.245	1.161
Tributos			
		426.099	477.738
Federais		186.513	226.454
Estaduais		239.039	250.806
Municipais		547	478
Remuneração de capitais de terceiros			
		33.015	47.102
Juros	19	18.218	21.660
Aluguéis	19	1.599	1.153
Outras despesas financeiras	19	13.198	24.289
Remuneração de capitais próprios			
		174.234	139.640
Lucros retidos		146.091	125.425
Distribuição de dividendos		-	2.450
Juros sobre capital próprio		28.143	11.765
		713.093	725.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Empresa

A Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. (“OCQ” e/ou “Empresa”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, na Rua Mônica Aparecida Moredo, 229 – Jardim Fátima, município de Guarulhos, São Paulo. A Empresa tem como controladora a empresa Dofra Participações Ltda.

A Empresa tem como principais atividades: Fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio e importação de produtos químicos e armazenagem própria e para terceiros.

A Empresa dispõe de unidades administrativas e industriais, sendo a matriz localizada em Guarulhos, São Paulo e totalizando 8 filiais, sendo 5 situadas no estado de São Paulo, 1 no Paraná, 1 em Alagoas e 1 em Minas Gerais.

A Empresa é controlada pela Dofra Participações Ltda. e pertence ao Grupo Oswaldo Cruz Química (“Grupo OCQ”), uma das maiores plataformas de impulsionamento de empresas do setor químico da América Latina.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e pronunciamentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.1 Impactos nas demonstrações financeiras relacionados ao conflito entre Rússia e Ucrânia

Os mercados globais estão atualmente operando em um cenário de incerteza geopolítica, econômica e financeira e de forma volátil após iniciado o conflito militar entre Rússia e Ucrânia. Embora a duração e o impacto deste acontecimento em curso sejam imprevisíveis, este conflito e quaisquer outras tensões geopolíticas podem afetar a atividade econômica global e por consequência, a Empresa.

A Empresa acompanha as sanções aplicadas à Rússia e os desdobramentos do conflito, assim como está preparada para tomar eventuais medidas que minimizem os potenciais impactos sobre seus negócios,

integrantes e as comunidades onde atua.

O conflito tem causado um aumento no preço internacional de *commodities* ligadas ao negócio da Empresa, como petróleo e gás natural, afetando o custo de matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo.

Adicionalmente, trouxe efeitos globais no nível de demanda de produtos petroquímicos, em cadeias de suprimentos e operações industriais. Até o momento, não causou impactos significativos adversos no patrimônio e na posição financeira da Empresa, não sendo possível, no entanto, prever com precisão efeitos adversos significativos do futuro.

Sanções adicionais, embargos, instabilidade regional, mudanças geopolíticas, disfunções na cadeia logística, efeitos adversos nas condições macroeconômicas, nas taxas de câmbio e nas taxas de juros podem impactar nos preços dos produtos e custos das matérias-primas no mercado internacional, interromper a cadeia de fornecimento, reduzir as vendas e/ou afetar as operações da Empresa. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes nos negócios da Empresa decorrentes das sanções até então aplicadas e do cenário adverso causado pelo conflito geopolítico.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não

circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As políticas contábeis de provisão para perdas, giro lento e garantia relacionadas aos saldos de estoques estão divulgadas na Nota 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

2.7 Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentadas pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando é praticamente certa sua realização ou com base em decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

2.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Empresa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2023 contendo a vida útil em anos aplicada no imobilizado:

Grupo do imobilizado	Anos
Máquinas e equipamentos	10 - 25
Instalações	15
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de laboratório	10
Veículos / Caminhões	5
Equipamentos de informática	5
Outros	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.9 Ativos intangíveis

(a) Softwares

Softwares que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(b) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2023 e 2022 contendo a taxa de amortização aplicada nos ativos intangíveis:

Grupo do ativo intangível	% a.a.
<i>Softwares</i>	20

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.10 Arrendamentos

Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são apresentados a seguir:

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(a) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Empresa não obteve concessões para redução de pagamentos de arrendamentos nos contratos vigentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

(b) Como arrendador

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Empresa não realizou transações em que foi classificada como arrendador.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Empresa determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
 -
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
 - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
 - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(a) Como arrendatário

No período comparativo, como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros.

Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

(b) Como arrendador

Não existiram contratos em que a Empresa atuou como arrendador antes de 1º de janeiro de 2019.

Taxa de desconto

A Empresa identificou e adotou a taxa incremental para cada contrato de arrendamento.

Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos os critérios. A taxa real incremental utilizada para os cálculos foi de 14,27% a.a., em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Empresa também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência o longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e
- Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 3 – Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Custo de obtenção de contratos - Comissões sobre vendas

A Empresa efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais e colaboradores de forma mensal com base nas vendas efetivamente realizadas. Em 31 de dezembro de 2023 foi realizada provisão do montante real apurado para pagamento no exercício subsequente de competência do mês de dezembro de 2023.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(b) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença

entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota 2.2 – Conversão de moeda estrangeira.

2.14 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Empresa constituiu provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas estabelecidas por categoria. Para os membros do pessoal chave da Administração, a provisão de bônus é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

Não existem quaisquer outros benefícios para funcionários e dirigentes após sua saída da Empresa (benefícios pós-emprego).

2.15 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Empresa é parte em alguns processos trabalhistas, cíveis e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a “contabilidade de *hedge*”. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Empresa usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa mantém contratações com finalidade de proteção cambial de seus empréstimos e financiamentos, bem como, proteção para importações de matérias primas. A Empresa não realiza negociações de instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa.

2.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Empresa é representado por quotas classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor negociado, líquido de impostos.

b) Reserva de lucros a realizar

Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Empresa e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios.

c) Remuneração dos sócios

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Empresa. Em 31 de dezembro de 2023 não foram deliberados ou pagos dividendos (R\$ 2.450 em 31 de dezembro de 2022).

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Empresa aos seus acionistas como alternativa a distribuição de dividendos. Por ser considerado como um benefício, devido a Empresa estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa realizou o reconhecimento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 28.143 (R\$ 11.765 em 31 de dezembro de 2022). Maiores detalhes do cálculo em Nota Explicativa nº 12 – Outros passivos.

d) Resultado por quota

Resultado básico e diluído por quota

O resultado básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o exercício, excluindo as quotas compradas pela Empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por quota é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de quotas em circulação, para presumir a conversão de todas as quotas potenciais diluídas. A Empresa não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

O cálculo do resultado por quota está apresentado em Nota Explicativa nº 15 – Patrimônio líquido.

2.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o comprador retira a mercadoria nas unidades da Empresa; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Empresa, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

c) Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

2.19 Tributos

Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (“NCM”) e podem variar de 0% a 330%, conforme produto.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo

tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.20 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.21 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Empresa.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE sobre o *Base Erosion and Profit Shifting* - BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que terminem em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.22 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das

demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.23 Reapresentação para correção de erros

A seguir são apresentados os quadros contendo as reapresentações das linhas afetadas nas demonstrações financeira dos períodos anteriores:

		31 de dezembro de 2022		
Ativo		Saldo originalmente apresentado	Ajuste	Saldo Reapresentado
Circulante				
	Contas a receber de clientes	50.991	-	50.991
	Impostos a recuperar	7.804	-	7.804
	Outros ativos circulantes (iii)	472.193	99	472.292
	Total do ativo circulante	530.988	99	531.087
Não circulante				
	Imposto de renda e contribuição social diferido (i)	1.970	(1.970)	-
	Tributos a recuperar (i)	11.599	69.771	81.370
	Imobilizado	40.892	-	40.892
	Outros ativos não circulantes (i)	24.845	(23.445)	1.400
	Total do ativo não circulante	79.306	44.356	123.662
	Total do Ativo	610.294	44.455	654.749
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
	Fornecedores	126.756	-	126.756
	Partes relacionadas	41.255	-	41.255
	Passivo de arrendamento	3.712	-	3.712
	Obrigações tributárias	12.929	-	12.929
	Outros passivos circulantes	96.244	-	96.244
	Total do passivo circulante	280.896	-	280.896
Não circulante				
	Provisões para contingências (i)	8.371	1	8.372
	Imposto de renda e contribuição social diferido (i)	-	13.781	13.781
	Passivo de arrendamento	15.146	-	15.146
	Outros passivos não circulantes (i)/(iii)	76.955	5.658	82.613
	Total do passivo não circulante	100.472	19.440	119.912
Patrimônio líquido				
	Capital social	1.500	-	1.500
	Reserva de lucros (ii)	87.154	(87.154)	-
	Lucro do exercício (i)/(ii)	140.272	112.169	252.441
	Total patrimônio líquido	228.926	25.015	253.941
	Total do passivo e patrimônio líquido	610.294	44.455	654.749

		Saldo originalmente apresentado	Ajuste	Saldo Reapresentado
Demonstração do resultado				
Receita líquida de serviços		1.459.804	-	1.459.804
Custos dos serviços prestados		(1.276.925)	-	(1.276.925)
Lucro bruto		182.879	-	182.879
Despesas gerais e administrativas	(i)	(53.750)	(25.905)	(79.655)
Despesas comerciais		(3.811)	-	(3.811)
Outras receitas (despesas)	(i)	40.611	66.663	107.274
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		165.929	40.758	206.687
Receitas financeiras	(i)	26.682	8	26.690
Despesas financeiras		(48.750)	-	(48.750)
Resultado financeiro, líquido		(22.068)	8	(22.060)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		143.861	40.766	184.627
Impostos de renda e contribuição social corrente		(31.206)	-	(31.206)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(i)	1.970	(15.751)	(13.781)
Lucro líquido do exercício		114.625	25.015	139.640

(i) Em 31 de dezembro de 2022, foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Empresa atua como parte autora sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Empresa vem atualizando e recuperando esse saldo mensalmente de forma administrativa, no entanto, após uma reavaliação por parte da Administração sobre a metodologia de cálculo dos créditos tributários, verificou-se que os montantes anteriormente apurados estavam subavaliados em R\$ 25.015, saldo que foi registrado com efeito na demonstração do resultado do exercício e conseqüentemente, afetou o patrimônio líquido;

(ii) A Empresa havia constituído reserva de incentivos fiscais referente ao benefício de crédito outorgado de ICMS, conforme anexo 3, art. 14 do regulamento de ICMS do Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou análise em conjunto com seus assessores tributários, definindo que, este benefício se trata de crédito presumido. Diante dessa análise, concluiu-se que, o benefício não se trata de subvenção para investimentos e foi realizado ajuste no montante de R\$ 87.154, extinguindo a respectiva reserva.

(iii) Trata-se de reclassificação dos montantes de provisões para garantias para melhor apresentação.

A reapresentação não impactou outros resultados abrangentes ou as atividades operacionais, de investimento e financiamento do fluxo de caixa.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das informações trimestrais em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente.

Os principais julgamentos são apresentados a seguir:

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- **Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade;
- **Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”):** A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes;
- **Provisões para contingências:** A Empresa reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções

fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais;

- Provisões para perdas e giro lento dos estoques: As perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas estimadas do processo produtivo, classificadas como redutora dos estoques. Para o giro lento, é realizado cálculo ponderado baseado no vencimento dos itens de estoque e efetiva utilização das matérias primas ou produtos acabados;
- Provisão para garantia: A provisão para garantia é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos. A Empresa garante a seus clientes a qualidade de seus produtos, assumindo a responsabilidade por eventuais substituições e reparos decorrentes de defeitos apresentados. Calculada sobre a venda de produtos, tendo como base os percentuais históricos de gastos e para os casos já identificados em que a Empresa estima despender recursos na substituição e reparo de produtos, a Empresa reconhece a mencionada provisão em seu passivo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022 (Não auditado)
Caixa e bancos	2.186	1.550	2.478
Aplicações financeiras de liquidez imediata	271.872	49.441	11.106
	274.058	50.991	13.584

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 75% a 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (75% a 101,5% em 31 de dezembro de 2022).

As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de "Receitas financeiras". Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 19 – Resultado financeiro, líquido.

5. Contas a receber de clientes

A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022 (Não auditado)
Clientes nacionais	237.432	263.614	266.649
Clientes estrangeiros	11.117	13.495	15.316
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	(9.154)	(7.999)	-
	239.395	269.110	281.965
Circulante	236.897	269.110	281.965
Não circulante	2.498	-	-

A Empresa ofereceu como garantia de empréstimos e financiamentos duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa nº 10 – Empréstimos e financiamentos.

Para a PECLD, a Administração da Empresa, através de matriz de riscos, efetua análise histórica ponderada de recebimentos de suas contas a receber por faixas de vencimento e considerando percentual de perdas reais. A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da PECLD:

	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022 (Não auditado)
A vencer	230.982	252.214	262.059
Vencidos			
De 01 a 30 dias	6.050	15.111	5.281
De 31 a 60 dias	1.135	951	1.025
De 61 a 90 dias	108	214	201
De 91 a 180 dias	1.126	294	1.000
De 181 a 360 dias	1.877	1.880	2.889
Superior a 361 dias	7.271	6.445	9.510
	248.549	277.109	281.965

A seguir é apresentada a movimentação da PECLD:

Em 1º de janeiro de 2022	-
(+) Provisões	(7.999)
Em 31 de dezembro de 2022	(7.999)
(+) Provisões	(2.627)
(-) Reversões	1.472
Em 31 de dezembro de 2023	(9.154)

A Administração considera que os valores registrados a título de PECLD eram suficientes para 31 de dezembro de 2023 e 2022.

6. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Não auditado)
Matéria-prima	50.509	58.479	59.360
Produtos acabados	28.014	29.528	42.583
Embalagens	2.012	1.155	1.555
Estoque em trânsito	-	1.724	-
Estoque em poder de terceiros	49.085	53.710	43.859
(-) Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(1.859)	(2.553)	-
	127.761	142.043	147.357

A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas, obsolescência e garantia:

Em 1º de janeiro de 2022	-
(+) Constituição de provisão	(2.553)
Em 31 de dezembro de 2022	(2.553)
(-) Reversão	1.448
(+) Constituição de provisão	(754)
Em 31 de dezembro de 2023	(1.859)

7. Tributos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como impostos a recuperar:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)	01/01/2022 (Não auditado)
ICMS (i)	23.056	13.974	15.836
ICMS (ii)	24.982	69.770	-
PIS e COFINS	503	4.781	1.837
Outros impostos	1.230	649	677
	49.771	89.174	18.350
Circulante	13.876	7.804	9.682
Não circulante	35.895	81.370	8.668

(i) Refere-se a créditos de ICMS auferidos das operações de vendas internas com diferimento da filial Londrina e de operações de compra e venda usuais do negócio da matriz e demais filiais. A Administração da Empresa efetuou durante o exercício de 2023 a revisão de seu plano de negócios para melhor utilização dos créditos nos próximos exercícios, de forma a compensar os saldos existentes; e

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Empresa atua como parte autora sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Empresa vem atualizando e recuperando esse saldo mensalmente de forma administrativa e a movimentação do exercício é apresentada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022	69.770
(+) Atualização monetária	1.723
(-) Compensações	(46.511)
Em 31 de dezembro de 2023	24.982

8. Imobilizado

	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	44.982	11.658	47.259	15.079
Instalações	17.660	4.301	16.060	2.975
Móveis e utensílios	6.956	3.824	6.856	4.120
Equipamentos de laboratório	4.651	3.186	2.305	936
Veículos / Caminhões	77	-	796	796
Equipamentos de informática	1.813	701	1.607	636
Outros	169	164	6	2
Direito de uso	27.810	14.969	24.603	16.348
Benfeitorias / Itens a Imobilizar	1.778	1.778	-	-
Total do imobilizado	105.896	40.581	99.492	40.892

A seguir é apresentada a movimentação do imobilizado:

	Valor líquido em 31/12/2021 (Não auditado)	Adições	Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2022 antes do inventário físico	Ajustes do inventário físico	Valor líquido em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	15.405	1.312	(487)	(1.573)	14.657	422	15.079
Instalações	1.294	1.171	-	(223)	2.242	733	2.975
Móveis e utensílios	1.316	96	-	(216)	1.196	2.924	4.120
Equipamentos de laboratório	2.873	1.932	(489)	-	4.316	(3.380)	936
Veículos / Caminhões	60	-	-	(48)	12	784	796
Equipamentos de informática	988	382	(1)	(336)	1.033	(396)	637
Outros	14	-	-	(2)	12	(11)	1
Direito de uso (a)	-	24.603	-	(8.255)	16.348	-	16.348
Total do imobilizado	21.950	29.496	(977)	(10.653)	39.816	1.076	40.892

	Valor líquido em 31/12/2022	Adições / Remensurações	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	15.079	1.944	(228)	(3.993)	(1.144)	11.658
Instalações	2.975	-	-	1.600	(274)	4.301
Móveis e utensílios	4.120	104	(4)	-	(396)	3.824
Equipamentos de laboratório	936	71	-	2.275	(96)	3.186
Veículos / Caminhões	796	-	(719)	-	(77)	-
Equipamentos de informática	637	246	(40)	-	(142)	701
Outros	1	-	-	163	-	164
Direito de uso (a)	16.348	4.056	(849)	-	(4.586)	14.969
Benfeitorias / Itens a Imobilizar	-	1.823	-	(45)	-	1.778
Total do imobilizado	40.892	8.244	(1.840)	-	(6.715)	40.581

Inventário físico do ativo imobilizado

Durante o exercício de 2022, a Empresa realizou inventário físico de seu ativo imobilizado resultando em ajustes que foram contabilizados na demonstração do resultado do exercício, no montante de R\$1.076.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não identificou indicativos de redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022 (Não auditado)
Fornecedores nacionais	144.081	101.015	130.135
Fornecedores estrangeiros	23.049	25.741	25.129
	167.130	126.756	155.264

As transações com fornecedores não possuem incidência de juros, geralmente são liquidadas dentro do próprio exercício e possuem prazo médio de pagamento de 39 dias (40 dias em 31 de dezembro de 2022).

10. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira / Modalidade da dívida	Moeda	Encargos	Data de contratação	Data de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Bradesco - 4131	BRL	2,43% - 11,40% a.a + CDI	21/10/2021	08/01/2024	1725	13.974
Bradesco - Capital de giro	BRL	3,15 a.a + umselic	19/07/2022	15/07/2027	2.256	2.523
Banco do Brasil - Capital de giro	BRL	2,23 a.a + CDI	29/06/2022	24/07/2027	43.506	55.886
Itaú - 4131	BRL	2,18% - 2,35% a.a + umselic	13/08/2021	24/11/2023	-	33.994
Itaú - Capital de giro	BRL	3,15% a.a + umselic	13/09/2022	15/09/2026	18.026	19.901
Safra - 4131	BRL	11,17% a.a	19/10/2021	19/04/2023	-	4.847
Safra - Capital de giro	BRL	2,65% a.a + umselic	13/07/2022	15/07/2026	17.972	22.776
Aymoré - Leasing	BRL	-			-	101
					83.485	154.002
Total circulante					32.353	79.997
Total não circulante					51.132	74.005

A seguir é apresentado o vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2023	31/12/2022
Seis meses ou menos	20.372	49.093
Seis meses a um ano	11.981	30.904
Um a dois anos	22.941	25.408
Dois a cinco anos	28.191	48.597
Total	83.485	154.002

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Em 1º de janeiro de 2022	165.707
(+) Captações	158.364
(+) Provisão de juros	17.156
(-) Amortizações de principal	(168.871)
(-) Amortizações de juros	(18.354)
Em 31 de dezembro de 2022	154.002
(+) Captações	-
(+) Provisão de juros	15.590
(-) Amortizações de principal	(75.173)
(-) Amortizações de juros	(10.934)
Em 31 de dezembro de 2023	83.485

Cláusulas restritivas - *Covenants* financeiros e não financeiros

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de não cumprimento dessas. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. O período de mensuração do complemento dessas cláusulas ocorre por ocasião das demonstrações financeiras anuais, não havendo em períodos intermediários.

Os contratos firmados pela Empresa não preveem *covenants* financeiros.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos apresentam garantias contratuais vinculadas as duplicatas a receber, vide Nota 5 – Contas a receber de clientes.

11. Passivo de arrendamento

A Empresa arrenda imóveis e equipamentos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até cinco (5) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais.

A Empresa reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Empresa.

Os passivos de arrendamento reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção.

O quadro a seguir apresenta o direito potencial de PIS e da COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento e apresentam os seguintes saldos nominais e ajustados a valor presente:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	22.176	17.926	24.610	18.858
PIS/Cofins potencial (9,25%)	2.051	1.658	2.276	1.744

A seguir são demonstrados os montantes registrados de passivo de arrendamento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valor nominal a pagar	22.176	24.610
Despesa financeira não realizada	(4.250)	(5.752)
Passivo de arrendamento, líquido	17.926	18.858
Circulante	4.821	3.712
Não circulante	13.105	15.146

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento:

Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	<u>-</u>
Novos contratos de arrendamento	22.942
Provisão de juros	6.658
Remensuração	1.661
Amortizações	(12.403)
Em 31 de dezembro de 2022	18.858
Novos contratos de arrendamento	1.409
Provisão de juros	2.628
Baixas	2.628
Remensuração	(555)
Amortizações	(7.061)
Em 31 de dezembro de 2023	17.926

Como divulgação espontânea e em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Empresa deve apresentar os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal. A tabela a seguir ilustra este requerimento:

Fluxo de Pagamentos Futuros	2023	2024	2025	Após 2026
Fluxo de desembolso sem AVP	6.934	6.934	7.007	1.301
Cenário com inflação	270	243	245	46
	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%

A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente:

	31/12/2023		
	Valor nominal	(-) AVP de	Total
	Passivo de	Passivos de	
	arrendamento	arrendamento	
Até 1 ano	6.934	(2.113)	4.821
Entre 1 e 2 anos	6.934	(1.423)	5.511
Entre 2 e 3 anos	7.007	(634)	6.373
Mais de 3 anos	1.301	(80)	1.221
	22.176	(4.250)	17.926

	31/12/2022		
	Valor nominal	(-) AVP de	Total
	Passivo de	Passivos de	
	arrendamento	arrendamento	
Até 1 ano	6.018	(2.306)	3.712
Entre 1 e 2 anos	6.020	(1.776)	4.244
Entre 2 e 3 anos	6.022	(1.171)	4.851
Mais de 3 anos	6.550	(499)	6.051
	24.610	(5.752)	18.858

12. Outros passivos

	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
		(Reapresentado)	(Não auditado)
Juros sobre capital próprio a distribuir	18.817	-	-
Provisão para garantias	821	99	-
Outros passivos	5.795	9.068	873
	25.433	9.167	873
Circulante	21.615	695	873
Não circulante	3.818	8.472	-

Juros sobre capital próprio

A Empresa possui a prática de remunerar seus sócios via juros sobre capital próprio. A seguir, é apresentada a movimentação dos montantes pagos e a distribuir reconhecidos:

Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	-
(+) Deliberações, líquido de IRRF	10.000
(-) Pagamentos	(10.000)
Em 31 de dezembro de 2022	-
(+) Deliberações, líquido de IRRF (i)	23.922
(-) Pagamentos	(5.105)
Em 31 de dezembro de 2023	18.817

(i) Em 31 de dezembro de 2023, a Administração efetuou apuração de montantes adicionais de juros sobre capital próprio do período de 2018 a 2022, que não haviam sido deliberados em sua totalidade, no montante de 18.817. Também foi apurado e deliberado em 31 de dezembro de 2023, o montante de 5.105.

13. Provisões para contingências

A Empresa é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários.

A Empresa classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Empresa, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados.

A Administração da Empresa acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

13.1 Processos com risco de perda provável

A Empresa responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, perante diferentes tribunais. A Administração da Empresa, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Contingências cíveis	109	93
Contingências trabalhistas (a)	2.931	4.552
Contingências tributárias (b)	4.764	3.727
	7.804	8.372

A natureza das principais provisões prováveis pode ser sumarizada como segue:

- (a) Trata-se de discussões em esfera judicial em que a Empresa figura como réu, relacionadas a temas como, horas extras, verbas rescisórias, benefícios, insalubridade, periculosidade e outros assuntos desta natureza.
- (b) A Empresa figura como réu decorrente de reclamações com provável ônus de caráter tributário.

Está apresentado a seguir a movimentação das contingências prováveis:

Em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	-
(+) Provisões	10.030
(-) Pagamentos	(1.658)
Em 31 de dezembro de 2022	8.372
(+) Provisões	2.528
(+) Mudança de probabilidade	(147)
(-) Reversões/Pagamentos	(2.736)
(-) Remensuração de processos	(213)
Em 31 de dezembro de 2023	7.804

13.2 Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Empresa e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contingências cíveis	856	416
Contingências trabalhistas	187	8.492
Contingências tributárias	3.485	190
	<u>4.528</u>	<u>9.098</u>

13.3 Depósitos judiciais

Os valores depositados judicialmente pela Empresa correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contingências cíveis	52	46
Contingências tributárias	348	961
Contingências trabalhistas	68	393
	<u>468</u>	<u>1.400</u>

14. Partes relacionadas

14.1 Saldos e operações

Transações com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos em aberto são apresentados a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022		01/01/2022 (Não auditado)	
	Contas a receber	Fornecedores	Contas a receber	Fornecedores	Contas a receber	Fornecedores
Circulante						
Nacional						
Vetta Química Importação e Exportação Ltda.	25.029	(92.496)	14.575	(21.002)	58.106	(82.349)
BR Resinas e Indústrias Química Ltda.	-	(136)	-	(6.056)	-	(2.283)
A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda.	15.552	-	20.903	(4.917)	11.860	(2.917)
Mclaw do Brasil Ltda.	248	(1.596)	8.625	-	-	-
Elekeiroz S.A.	227	-	-	(7.155)	-	(10.222)
Outras partes relacionadas	6.395	(11)	2.389	(1.670)	3.562	(5.602)
Exterior						
Noren Plast S/A	6.463	-	7.231	(455)	4.976	(1.599)
Outras partes relacionadas	1.095	-	18	-	-	-
Total	55.009	(94.239)	53.741	(41.255)	78.504	(104.972)

As entidades apresentadas no quadro acima são consideradas partes relacionadas, uma vez que pertencem ou possuem participação significativa dos sócios controladores da Empresa.

14.2 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o pessoal-chave da Administração foi diretamente remunerado via outras empresas do mesmo grupo econômico ao qual a Empresa pertence.

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Empresa é de R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2022) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das quotas é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Dofra Participações Ltda.	1.500	1.500
	1.500	1.500

Não ocorreram alterações no capital social durante o exercício de 2023.

(b) Remuneração dos sócios

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2023 a Empresa não deliberou pela distribuição (R\$ 2.950 em 31 de dezembro de 2022).

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pagos pela Empresa aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros.

Considerado como um benefício, devido a Empresa estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa realizou o reconhecimento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 28.143 (R\$ 11.765 em 31 de dezembro de 2022). Maiores detalhes do cálculo em Nota Explicativa nº 12 – Outros passivos.

(c) Resultado por quota

Resultado básico e diluído por quota

O lucro básico por quota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Empresa, pela quantidade média ponderada de quotas emitidas durante o exercício, excluindo as quotas compradas pela Empresa e mantidas como quotas em tesouraria.

O lucro diluído por quota é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de quotas em circulação, para presumir a conversão de todas as quotas potenciais diluídas. A Empresa não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por quota é igual ao resultado básico por quota.

Resultado básico e diluído por quota	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Lucro atribuível aos quotistas	174.234	139.640
Quantidade de quotas (em milhares) - média ponderada	1.500	1.500
Resultado básico e diluído por quota – Em reais	116,16	93,09

16. Imposto de renda e contribuição social

16.1 Corrente

Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e da contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"):

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Base ajustada	143.078	91.854
Imposto de renda à alíquota de 25%	21.462	13.763
Adicional de imposto de renda à alíquota de 10%	14.284	9.175
(-) Incentivos Fiscais IRPJ (i)	(818)	-
Total do imposto de renda	34.928	22.938
Contribuição social à alíquota de 9%	12.877	8.268
Total do imposto de renda e contribuição social (a)	47.805	31.206

Conciliação da base ajustada de imposto de renda e contribuição social:

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (b)	196.416	143.861
Adições e exclusões permanentes	(92.154)	(57.800)
Adições e exclusões temporárias	38.816	5.793
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social - "Base ajustada"	143.078	91.854
<i>Alíquota efetiva - (a) / (b)</i>	24%	22%

(i) Em 2023 a Administração contabilizou e apresentou IRPJ devido no período já líquido dos incentivos fiscais a saber: Incentivo ao Esporte, Incentivo à Cultura, Fundo para Infância e Adolescência - FIA e Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

16.2 IRPJ e CSLL diferidos

	Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Constituição	Reversão	Em 31 de dezembro de 2023
Ativos de impostos diferidos				
Honorários advocatícios	956	945	(883)	1.018
Provisões para contingências	2.781	476	(603)	2.654
Provisão de bônus e PLR	399	270	(33)	636
Provisão para devedores duvidosos	2.720	393	-	3.113
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	902	865	(130)	1.637
Outras diferenças temporárias	2.118	6.352	(4.430)	4.040
Arrendamento Mercantil (IFRS 16 - CPC 06)	-	5.238	-	5.238
Total de ativos de impostos diferidos	9.876	14.539	(6.079)	18.336
Passivos de impostos diferidos				
Crédito tributário - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS	(23.657)	1.412	15.751	(6.494)
Total de passivos de impostos diferidos	(23.657)	1.412	15.751	(6.494)
Total de imposto diferido líquido	(13.781)	15.951	9.672	11.842

A Empresa estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferido em prazo de até 5 (cinco) anos.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023:

Ano	
2024	10.125
2025	2.791
2026	2.808
2027	1.460
2028	1.153
Total	18.338

17. Receita líquida de vendas e serviços

A conciliação entre a receita bruta de vendas e serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de vendas	1.862.041	1.921.618
Receita bruta de serviços	1.077	1.130
(-) Devoluções e cancelamentos	(34.477)	(24.063)
(-) Impostos sobre vendas	(411.064)	(438.825)
(-) Impostos sobre serviços	(54)	(56)
Total da receita operacional, líquida	1.417.523	1.459.804

18. Custos e despesas por natureza

A Empresa apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

	31/12/2023		31/12/2022 (Reapresentado)		
Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)		Custos	Despesas Administrativas, Comerciais e Outras receitas (despesas)	
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.120.331)	(3.248)	(1.219.720)	-	
Despesas com pessoal	(26.628)	(53.206)	(30.454)	(30.395)	
Despesas com importação/exportação	(10.492)	(3.709)	(7.603)	(490)	
Fretes e carretos	(7.200)	(10.687)	(6.160)	(4.334)	
Despesas com aluguéis	(804)	(795)	(684)	(469)	
Serviços de terceiros	(631)	(12.307)	(598)	(11.059)	
Honorários advocatícios - Créditos tributários	-	(207)	-	(8.372)	
Depreciação e amortização	(2.129)	(4.586)	(2.446)	(3.607)	
Provisões para contingências	(840)	493	(1.583)	(4.825)	
Operação e manutenção	(2.922)	(6.992)	(2.887)	(7.900)	
Descarte de resíduos	(496)	-	(457)	-	
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	(1.155)	-	(7.999)	
Perda por redução ao valor recuperável dos estoques	(27)	-	(2.652)	-	
Outras receitas (despesas)	(2.210)	(2.212)	(1.681)	(3.065)	
Receita de créditos tributários (i)	-	(465)	-	66.662	
Receita de créditos presumidos (ii)	-	61.064	-	38.584	
Inventário de imobilizado (iii)	-	-	-	1.077	
Custos de transação (iv)	-	(1.452)	-	-	
	(1.174.710)	(39.464)	(1.276.925)	23.808	
Custo dos produtos vendidos	(1.174.710)	-	(1.276.925)	-	
Despesas gerais e administrativas	-	(84.557)	-	(79.655)	
Despesas comerciais	-	(17.980)	-	(3.811)	
Outras receitas (despesas), líquidas	-	63.073	-	107.274	
	(1.174.710)	(39.464)	(1.276.925)	23.808	

- (i) Se refere ao impacto na demonstração do resultado do exercício dos créditos tributários oriundos de processo judicial da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, conforme exposto na nota explicativa nº 7 – Tributos a recuperar, incluindo os honorários advocatícios;
- (ii) A Empresa possui benefício de crédito outorgado de ICMS, conforme anexo 3, art. 14 do regulamento de ICMS do estado de São Paulo, caracterizado como crédito presumido. A alíquota em 31 de dezembro de 2023 foi de 46,9% (46,9% em 31 de dezembro de 2022). Este benefício vigorará até 31 de dezembro de 2024 com a mesma alíquota.
- (iii) Se refere ao ajuste de inventário físico do ativo imobilizado, conforme descrito na nota explicativa nº 8 – Imobilizado.
- (iv) Referem-se a custos de transação do fechamento de aquisição de parte relacionada, que não compõem o desempenho orgânico da Empresa.

19. Resultado financeiro, líquido

Receita financeira	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	14.648	2.585
Descontos obtidos	4.057	7.258
Variação cambial ativa	2.914	5.761
Atualização monetária ativa	1.927	4.162
Juros de contas a receber	816	2.379
Ganhos com derivativos - Efeito caixa	272	2.456
Ganhos com derivativos - Provisão	-	2.089
Total	24.634	26.690
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(18.218)	(22.153)
Variação cambial passiva	(4.039)	(5.836)
Descontos concedidos	(2.791)	(3.227)
Perdas com derivativos - Provisão	(2.756)	(5.286)
Outras despesas financeiras	(2.018)	(3.587)
Perdas com derivativos - Efeito caixa	(1.071)	(6.104)
Despesas bancárias	(639)	(1.986)
Atualização monetária passiva	(35)	(571)
Total	(31.567)	(48.750)
Total do resultado financeiro, líquido	(6.933)	(22.060)

20. Gestão de risco financeiro

A Empresa pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa aos riscos mencionados, os objetivos da Empresa, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa.

l) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais.

A Empresa é uma indústria focada na produção e comércio de fabricação de colas e resinas, pigmentos, suas pastas, plastificantes e dispersantes, comércio e importação de produtos químicos e armazenagem própria e para terceiros.

As operações da Empresa são compostas na sua grande maioria por clientes pessoas jurídicas, mediante a cobrança por boleto bancário e crédito em conta. Dado o ticket médio baixo, a carteira de cliente é pulverizada e sem risco concentrado em nenhum cliente.

A Empresa monitora sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Empresa tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Empresa. Adicionalmente, as aplicações financeiras da Empresa são alocadas em instituições financeiras com reconhecido *rating* nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco, sendo elas: Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poors.

Com relação as aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários a Empresa possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Empresa realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em fundo de investimento classificados como de baixo risco de mercado, Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da Empresa é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco; e
- A Empresa deve manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress.

II) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de curto prazo (até 12 meses). A diretriz da Empresa é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Empresa busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de financiamento de longo prazo, de modo a alinhá-la ao fluxo de caixa esperado.

A seguir estão os vencimentos contratuais dos passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Inferior a um ano	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	167.130	167.130	167.130	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	94.239	94.239	94.239	-	-
Empréstimos e financiamentos	83.485	83.485	32.353	22.941	28.191
Arrendamento mercantil	17.926	22.176	6.934	6.934	8.308
Outros passivos	23.433	23.433	23.433	-	-
	388.213	392.463	326.089	29.875	36.499

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	01-02 anos	02-05 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	126.756	126.756	126.756	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	41.255	41.255	41.255	-	-
Arrendamento mercantil	18.858	24.610	6.018	6.020	12.572
Empréstimos e financiamentos	154.002	123.098	49.093	25.408	48.597
Outros passivos	9.167	9.167	9.167	-	-
	350.038	324.886	232.289	31.428	61.169

III) Risco de mercado

O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo.

a) *Risco cambial*

As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direta é minimizada. A Empresa possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados no quadro a seguir:

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Clientes estrangeiros	Dólar americano (US\$)	11.117	11.363	14.181	17.045
Fornecedores estrangeiros	Dólar americano (US\$)	(23.049)	(23.560)	(29.403)	(35.340)
Contas a receber - Partes relacionadas	Dólar americano (US\$)	7.558	7.725	9.641	11.588
Impacto no resultado antes dos impostos			(98)	(1.207)	(2.333)

Indexador	31 de dezembro de 2023		
	Cenário I Provável	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Dólar americano (US\$)	5,00	6,24	7,50

(b) *Instrumentos financeiros derivativos*

Modalidade / Instituição financeira	Característica das operações			Saldo acumulado		Variação do valor justo reconhecido no resultado financeiro no exercício	Ativo / (Passivo) em 31 de dezembro 2023
	Exposição do principal	Proteção	Vencimento da operação	Valor contratado	Valor justo		
Swap (a)	Real	US\$ (c)	08/01/2024	1.726	2.022	295	295
						295	295

Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Modalidade / Instituição financeira	Característica das operações			Saldo acumulado		Variação do valor justo reconhecido no resultado financeiro no exercício de 2022	Ativo / (Passivo) em 31 de dezembro 2022
	Exposição do principal	Proteção	Vencimento da operação	Valor contratado	Valor justo		
Swap (a)	Real	US\$ (c)	08/01/2024	14.054	15.343	1.289	1.289
Swap (a)	Real	US\$ (c)	19/04/2023	4.847	5.089	243	243
Swap (a)	Real	US\$ (c)	20/11/2023	34.104	40.647	6.543	6.543
NDF (b)	Real	US\$ (c)	19/01/2023	2.357	2.383	25	25
NDF (b)	Real	US\$ (c)	03/03/2023	7.722	7.824	103	103
NDF (b)	Real	US\$ (c)	20/01/2023	4.015	4.081	66	66
NDF (b)	Real	US\$ (c)	03/02/2023	6.521	6.769	69	69
						8.338	8.338

(a) Swap - Operações de troca, realizado pela Companhia com a finalidade de proteção cambial de suas dívidas captadas em moeda diferente da funcional;

(b) NDF - Termo de moeda, realizado pela Companhia com a finalidade de proteção de exportações de operações realizadas em moeda diferente da funcional; e

(c) US\$ - Dólar americano.

c) Risco de taxa de juros**Instrumentos financeiros de taxa juros**

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (i)	271.872	49.441
Ativos financeiros	271.872	49.441
Empréstimos e financiamentos	(83.485)	(154.002)
Arrendamento mercantil	(17.926)	(18.858)
Passivos financeiros	(101.411)	(172.860)
	170.461	(123.419)

(i) Os montantes apresentados contemplam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, que podem ser analisados em maiores detalhes na Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Conforme disposto no CPC 40 / IFRS 7 que aborda sobre os Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, a Empresa deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para os riscos de mercado considerados relevantes pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Empresa esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

As aplicações financeiras estão concentradas em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI.

Passivos financeiros (exposição por tipo de risco)

Para cálculo da análise de sensibilidade a projeção anual das variáveis de risco foi feita com base na projeção de taxa de mercado, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório *focus*. O cenário provável é o cenário trabalhado pela Administração e pode ser entendido como saldo estimado dos empréstimos e financiamentos ao final do exercício atual. Nos cenários II e III foram sensibilizadas as

respectivas variáveis de risco em 25% e 50%.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade da administração da Empresa e o efeito caixa das operações em aberto em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os valores dos indexadores utilizados nas projeções.

Operação	Variável de risco	Valor contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (-25%)	Cenário III (-50%)
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	271.872	296.069	290.019	283.970
Arrendamento mercantil	IGPM	(17.926)	(18.769)	(18.558)	(18.347)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(18.026)	(19.630)	(19.229)	(18.828)
Empréstimos e financiamentos	UMSELIC	(61.478)	(67.011)	(65.628)	(64.245)
Impacto no resultado antes dos impostos			21.750	16.312	10.875

Indexador	31 de dezembro de 2023		
	Cenário I Provável	Cenário II (-25%)	Cenário III (-50%)
CDI	8,90%	6,68%	4,45%
UMSELIC (i)	9,00%	6,75%	4,50%
IGPM	4,70%	3,53%	2,35%

(i) Trata-se de instrumento financeiro com indexador específico da instituição financeira e para o qual não é divulgada projeção. Contudo, por estar atrelado ao indexador SELIC, foi utilizada a projeção da SELIC.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para cada exercício. As datas bases utilizadas foram de 31 de dezembro de 2023 e 2022, projetando os índices até o próximo exercício e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual.

d) Determinação do valor justo

A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	Classificações dos instrumentos financeiros	Hierarquia do valor justo	31/12/2023		31/12/2022	
			Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		274.058	274.058	50.991	50.991
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		239.395	239.395	269.110	269.110
Contas a receber - Partes relacionadas	Custo amortizado		55.009	55.009	53.741	53.741
Outros ativos	Custo amortizado		10.854	10.854	7.398	7.398
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	(295)	(295)	(8.338)	(8.338)
Fornecedores	Custo amortizado		(167.130)	(167.130)	(126.756)	(126.756)
Contas a pagar - Partes relacionadas	Custo amortizado		(94.239)	(94.239)	(41.255)	(41.255)
Arrendamento mercantil	Custo amortizado		(17.926)	(17.926)	(18.858)	(18.858)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		(83.485)	(83.485)	(154.002)	(154.002)
Outros passivos	Custo amortizado		(25.433)	(25.433)	(9.167)	(9.167)
			190.808	190.808	22.864	22.864

Hierarquia de valor justo

A tabela acima ilustrou os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços quotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A Empresa não possuía em 31 de dezembro de 2023 e 2022 instrumentos financeiros de nível 1 e 3 e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

IV) Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade operacional e oferecer retorno aos cotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Empresa monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Como divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, a Empresa apresenta a seguir as métricas financeiras denominadas LAJIDA e LAJIR:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos, arrendamentos e derivativos	101.706	162.340
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(274.058)	(50.991)
Dívida líquida	(172.352)	111.349
	31/12/2023	31/12/2022
Reconciliação do LAJIDA ("EBITDA") (a)		
Lucro líquido do exercício	174.234	139.640
Depreciações e amortizações	6.715	6.053
Resultado financeiro, líquido	6.933	22.060
Imposto de renda e contribuição social	22.182	44.987
LAJIDA ("EBITDA") (a)	210.064	212.740
Itens que não compõe o desempenho orgânico:		
(+) Custos de transação do fechamento de aquisição de parte relacionada	1.452	-
(-) Ganho no inventário de imobilizado	-	(1.077)
(+) Provisão para contingências de exercícios anteriores	-	6.585
(+) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de exercícios anteriores	-	7.999
(-) Ganho da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS	-	(66.662)
(+) Consultores jurídicos	-	2.813
LAJIDA ("EBITDA") ajustado	211.516	162.398

(a) LAJIDA: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização; e
 EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil).

21. Seguros

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023 (Em reais)		
Modalidades	Vigência	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais	26/05/2023-26/05/2024	R\$ 124.850.000
Veículos	01/11/2023 - 31/10/2024	Seguro máximo de indenização por veículo de R\$ 100.000,00 (danos materiais e danos corporais)

22. Eventos subsequentes

Crédito outorgado de ICMS

A Empresa possui benefício de crédito outorgado de ICMS, conforme anexo 3, art. 14 do regulamento de ICMS do estado de São Paulo, tratado pela Administração como crédito presumido. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a lei 14.789/2023 que introduziu novos regramentos para a tributação dos benefícios fiscais de ICMS pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, o que fez mediante a revogação da antiga legislação de regência do tema, a saber: Art. 30 da Lei 12.973/2014.

A Administração em conjunto com seus assessores tributários está analisando o tema e seus possíveis impactos para o exercício de 2024.
